Comissão Europeia

A VIA APÓS ROMA

GERIR OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

60 ROME

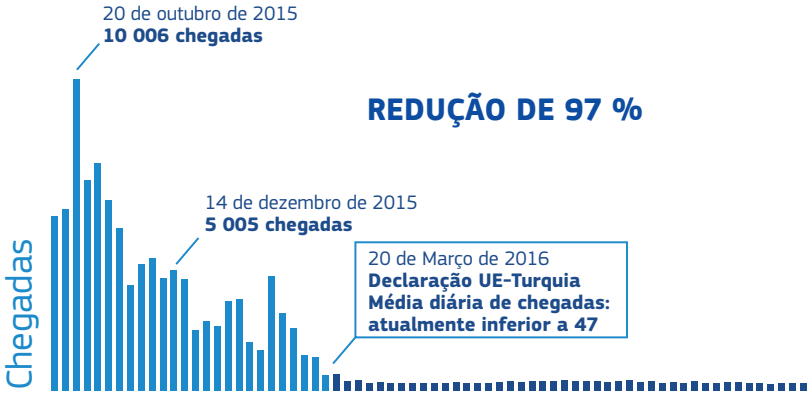
«Morrem ainda demasiadas pessoas no Mediterrâneo. Temos desenvolvido várias ações para tentar resolver a situação, mas devemos fazer mais. Em primeiro lugar, é indispensável alcançar a estabilidade na Líbia e no conjunto dessa região. Embora continuando a apoiar este processo, podemos promover ações que contribuirão para alterar a situação, salvar vidas e desmantelar o modelo de negócio dos passadores e traficantes, o que terá igualmente incidência sobre os fluxos de pessoas com destino à Europa.»

Presidente Jean-Claude Juncker, 25 de janeiro de 2017

As migrações sempre fizeram parte da história da humanidade. As pessoas que tentam chegar às costas da Europa fazem-no por motivos diferentes e através de diferentes meios. Procuram fazê-lo por vias legais, mas estão igualmente dispostas a arriscar a vida para fugir à repressão política, à guerra e à pobreza, bem como para aceder ao reagrupamento familiar, à criação de empresas, aos conhecimentos e à educação. Cada migração conta uma história pessoal. Ao longo dos últimos 20 anos, a União Europeia estabeleceu normas comuns em matéria de asilo, algumas das quais são das mais elevadas a nível mundial. A política europeia da migração avançou a passos de gigante nos últimos dois anos sob o efeito da Agenda Europeia da Migração proposta pela Comissão Juncker em maio de 2015. Embora esteja a emergir progressivamente uma abordagem mais coesa para lidar com esta problemática, ainda há muito a fazer, no longo prazo, para criar um quadro coerente e global destinado a recolher os benefícios e a ultrapassar os desafios decorrentes da migração.

Em 2015, 2016 e 2017, as operações da UE contribuíram para:

- salvar mais de 520 000 vidas
- intercetar mais de 2 100 suspeitos de tráfico de seres humanos e passadores
- neutralizar 387 embarcações



Declaração de Roma:

«Comprometemo-nos a trabalhar em prol de uma União em que todos os cidadãos se sintam seguros e possam circular livremente, em que as nossas fronteiras externas estejam protegidas, com uma política de migração eficiente, responsável e sustentável que respeite as normas internacionais.»

NA-02-17-324-PT-N

O DESAFIO

A crise dos refugiados, que provocou um afluxo de 1,2 milhões de pessoas à Europa em 2015, atinge proporções sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. Esta situação suscitou uma grande controvérsia entre os Estados-Membros sobre a solidariedade e a responsabilidade, pondo generalizadamente em causa o futuro da gestão das fronteiras e a livre circulação no interior da Europa. Para os 1,7 milhões de europeus que se deslocam diariamente para outro Estado-Membro, bem como para as centenas de milhões de pessoas que viajam todos os anos através da Europa por motivos familiares, turísticos ou profissionais, as fronteiras pertencem ao passado. Contudo, pela primeira vez desde que os muros foram derrubados há uma geração, as recentes crises conduziram à reintrodução temporária de controlos em determinadas fronteiras no interior da Europa.

Chegou o momento, portanto, de examinar a forma como a Europa se pode dotar de uma *«política de migração responsável e sustentável»* de longo prazo, tal como solicitado pelos dirigentes políticos na **Declaração de Roma** de 25 de março de 2017.

PERSPETIVAS FUTURAS

Todos os intervenientes devem colaborar para tornar a política europeia comum em matéria de migração uma realidade. A Agenda Europeia da Migração, apresentada em maio de 2015 pela Comissão, sublinha a necessidade de adotar uma abordagem global da gestão da migração. Desde então, foram introduzidas várias medidas para abordar o desafio imediato que constitui a crise dos refugiados e a Comissão estabeleceu todas as principais bases necessárias a uma abordagem europeia a fim de assegurar fronteiras seguras, procedimentos equitativos e um sistema durável com capacidade para antecipar os problemas. A Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, cuja criação foi aprovada num tempo recorde, começou a funcionar em dezembro de 2016. Neste momento, o compromisso dos Estados-Membros de partilharem as responsabilidades e demonstrarem solidariedade deve ainda ser concretizado na prática através do investimento e do empenhamento conjuntos para assegurar que essa guarda europeia fique plenamente operacional o mais rapidamente possível. As propostas da Comissão relativas à reforma do sistema europeu comum de asilo devem agora ser rapidamente adotadas e as decisões coletivas já tomadas integralmente aplicadas.

O **Livro Branco sobre o futuro da Europa** reconhece que, independentemente do cenário que a União decida adotar, a política em matéria de migração e fronteiras será um dossiê crucial. Em quatro dos cinco cenários preconizados, é provável que a gestão das fronteiras externas, as políticas de asilo e a luta contra o terrorismo sejam objeto de uma cooperação e coordenação. A questão central que se coloca à Europa é a de saber se esta cooperação será sistemática e efetiva ou não.

DATAS-CHAVE

Abril — Comissão apresentará iniciativas centradas na proteção das crianças no contexto da migração

Maio — Reapreciação dos controlos temporários nas fronteiras internas do espaço Schengen

Junho — Estados-Membros instauram programas operacionais de assistência ao regresso voluntário
Estados-Membros obtêm um consenso sobre a política de asilo da UE

ISBN 978-92-79-67208-8
doi:10.2775/893759